



# Liberdade de expressão nos Estados Unidos



Manifestantes em lados opostos do debate sobre a questão do aborto protestam diante da Suprema Corte dos EUA. Nos Estados Unidos, o livre debate público cria um mercado intelectual onde ideias competem com outras ideias livremente expressas. © AP Photo/Gerald Herbert

**A** Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) e o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (PIDCP), do qual os Estados Unidos são parte, declaram que os indivíduos têm direito de expressão; esse direito inclui a liberdade de buscar, receber e divulgar informações e ideias de todos os tipos.

Os Estados Unidos salvaguardam esse direito por meio da Primeira Emenda da Constituição dos EUA, que prevê que “o Congresso não fará nenhuma lei a respeito do estabelecimento de uma religião, ou proibindo o livre exercício dela; ou cerceando a liberdade de expressão ou de imprensa; ou o direito do povo

se reunir pacificamente e dirigir petições ao governo para a reparação de injustiças”.

A Constituição dos EUA protege até mesmo o discurso mais ofensivo e controverso da repressão do governo, e permite a regulamentação da expressão somente sob certas circunstâncias limitadas e restritas. O sistema americano é construído em cima da ideia de que o intercâmbio livre e aberto de ideias encoraja a compreensão, promove a busca pela verdade e permite a refutação de falsidades. Os Estados Unidos acreditam, e a experiência mostrou, que a melhor forma de se contrapor a um discurso ofensivo não é por meio de

regulamentação, mas com mais discurso.

## A base da liberdade de expressão

A proteção à liberdade de expressão proporcionada pela Constituição dos EUA incorpora a noção de que a capacidade de um indivíduo de se expressar livremente – sem medo de punição por parte do governo – produz a autonomia e a liberdade que promove uma melhor governança. Permitir aos cidadãos discutir abertamente temas de interesse público resulta em um governo mais transparente e representativo, ideias mais tolerantes e uma sociedade mais estável.

A história tem mostrado que cercear a liberdade de expressão, proibindo o discurso, não faz avançar a democracia. Os redatores da Constituição dos EUA reconheceram que quando os governos proíbem os cidadãos de falar sobre determinados temas, muitas vezes obriga os cidadãos a discutir tais temas secretamente. Ao permitir que as pessoas expressem suas opiniões – não importa o quanto o governo e outros cidadãos possam discordar delas – a Primeira Emenda promove transparência e estabilidade social. Este debate público livre também obriga as ideias a circular em no mercado intelectual, onde devem competir com ideias livremente expressas por outros indivíduos.<sup>1</sup> Este concurso de ideias significa que ideias inferiores ou ofensivas dão lugar a outras melhores.

### Exceções rigorosamente definidas

Enquanto a Primeira Emenda proporciona proteções muito amplas para a expressão nos Estados Unidos, a liberdade de expressão não é absoluta. Geralmente, o governo tem mais liberdade de ação para impor restrições envolvendo a neutralidade do conteúdo do que restrições baseadas em conteúdo.

### RESTRIÇÕES DE CONTEÚDO NEUTRO

O governo pode, de maneira geral, colocar restrições de tempo, lugar e modo no exercício da liberdade de expressão, desde que as restrições não sejam baseadas no conteúdo do discurso ou no ponto de vista do orador. Essas restrições devem 1) ter conteúdo neutro, 2) ser estritamente adaptadas para servir a um interesse relevante do governo e 3) deixar em aberto outros canais de comunicação.<sup>2</sup>

Por exemplo, o governo pode impor regras razoáveis sobre o volume de alto-falantes usados em um distrito comercial do centro, impor limites razoáveis sobre protestos em bairros residenciais no meio da noite, ou exigir licenças para desfiles e protestos organizados para garantir que eles não criem riscos de segurança pública, desde que tais restrições se apliquem a todos os oradores, sem levar em conta o conteúdo específico ou ponto de vista do discurso.

### RESTRIÇÕES COM BASE EM CONTEÚDO

Embora restrições baseadas em conteúdo sejam geralmente inadmissíveis, há algumas exceções muito específicas. Categorias especiais de expressão que



Alunos protestam cortes de orçamento do Estado para a educação superior, do lado de fora do gabinete do governador. O governo dos EUA pode restringir a expressão em termos de tempo, lugar e modo, desde que essas restrições não limitem seu conteúdo.

© AP Photo/Matt Rourke

podem ser restringidas ao abrigo da Primeira Emenda incluem incitação à violência iminente, ameaças reais, discursos difamatórios e obscenidades.

### Incitação à violência iminente

O discurso de um indivíduo pode ser restrito se 1) ele se destina a incitar ou produzir ação ilegal, 2) for passível de incitar tal ação, e 3) for provável que tal ação ocorra de forma iminente. Este é um padrão muito elevado, que os tribunais raramente consideraram atendido. A defesa geral da violência, como escrever em um site que uma revolução violenta é a única cura para os problemas da sociedade, não constitui incitação iminente à violência.

Por exemplo, em 1969, um membro da Ku Klux Klan fez um discurso em Ohio em que ele defendia uma “vingança” contra judeus e afro-americanos.<sup>3</sup> A Suprema Corte dos EUA derrubou uma lei proibindo o seu discurso porque ela criminalizaria um discurso que não tinha a “intenção de incitar ou produzir ação ilegal iminente” e não era “provável que incitasse ou produzisse tal ação”.<sup>4</sup>

Da mesma forma, se uma pessoa queima uma bandeira dos EUA em protesto contra as políticas de imigração do governo, e um contramanifestante fica nervoso e ataca fisicamente alguém que parece ser um imigrante, a expressão daquele que queima a bandeira será

<sup>1</sup> *Veja Hustler Magazine, Inc. v. Falwell*, 485 U.S. 46, 50 (citando *Abrams v. United States*, 250 U.S. 616, 630 (1919) (Holmes, J., discordando)).

<sup>2</sup> *Perry Educ. Ass'n v. Perry Educators' Ass'n*, 460 U.S. 37, 45 (1983).

<sup>3</sup> *Brandenburg v. Ohio*, 395 U.S. 444, 446 (1969).

<sup>4</sup> *Id.* at 447.



Um membro da Ku Klux Klan ouve o discurso de um líder contra a imigração ilegal enquanto centenas de manifestantes seguram placas de protesto em um comício da Ku Klux Klan. © P Photo/News-Courier, Kim Rynders, à esquerda e © AP Photo/ The Decatur Daily, Jonathan Palmer, à direita

provavelmente protegida pela Primeira Emenda, porque não tinha a intenção de incitar a violência.

Por outro lado, se um orador, pertencente a um grupo étnico particular, apela para uma multidão enfurecida para atacar fisicamente de forma iminente e específica, alguém de um grupo étnico diferente para provar a superioridade do seu grupo, e alguém daquele grupo imediatamente ataca fisicamente alguém daquele grupo étnico diferente, o discurso do orador, provavelmente, não seria protegido pela Primeira Emenda, pois tinha a intenção de incitar violência iminente e era passível de incitar tal violência.

### Ameaças reais

O discurso pode também ser restringido com base em seu conteúdo, se ele cai dentro da classe específica de “ameaças reais” de violência. Uma ameaça real é a declaração de que um destinatário razoável entenderia significar que o orador, ou pessoas trabalhando com o palestrante, tem a intenção de cometer dano físico contra o destinatário. Por exemplo, uma mulher da Filadélfia foi condenada a oito meses de confinamento depois que ela deixou uma nota ameaçadora anônima na cadeira de seu colega.

### Difamação

Nos Estados Unidos, o discurso difamatório é uma falsa declaração de fato que prejudica o caráter, a fama ou a reputação de uma pessoa. Deve ser uma falsa declaração de fato; declarações de opinião, no entanto, por

mais insultuosas que possam ser, não podem ser consideradas como difamação nos termos da lei dos EUA.

De acordo com a lei de difamação EUA, existem diferentes padrões para os funcionários públicos e indivíduos particulares. Os oradores têm uma proteção maior quando comentam sobre um funcionário público do que quando o fazem com relação a um cidadão privado. Em 1964, a Suprema Corte dos EUA decidiu que os funcionários públicos poderiam provar difamação apenas se pudessem demonstrar “má fé real”, isto é, que o orador agiu com o conhecimento de que a declaração era falsa ou difamatória “com des-caso quanto ao fato dela ser falsa ou não”.<sup>5</sup>

Essa decisão foi posteriormente estendida para cobrir “figuras públicas”, além de funcionários públicos.<sup>6</sup> Para as considerações particulares de indivíduos particulares, no entanto, o padrão para provar difamação continua a ser mais baixo.<sup>7</sup> A difamação de indivíduos particulares pode ser estabelecida se as declarações eram falsas e causaram dano à reputação da pessoa, sem demonstrar real malícia. Apenas indivíduos, não grupos, podem sofrer difamação.

Mesmo quando os tribunais determinam a ocorrência de difamação, eles não impõem punições criminais. Em vez disso, os tribunais podem exigir que o orador publique uma correção para a declaração difamatória e/ou compense financeiramente a vítima.

<sup>5</sup> *New York Times Co. v. Sullivan*, 376 U.S. 254, 279 (1964).

<sup>6</sup> *Gertz v. Robert Welch, Inc.*, 418 U.S. 323 (1974).

<sup>7</sup> *Dun & Bradstreet, Inc. v. Greenmoss Builders, Inc.*, 472 U.S. 749 (1985) (opinião plural).



Manifestantes a favor e contra o casamento entre pessoas do mesmo sexo expressam seus pontos de vista opostos. Os Estados Unidos acreditam que a arma mais eficaz na luta contra o discurso do ódio é um contradiscurso tolerante, verdadeiro e inteligente. © AP Photo/Toby Talbot

### Obscenidade

A obscenidade pode ser restringida nos termos da Primeira Emenda, mas tem havido um longo debate sobre o que constitui obscenidade e como ela deve ser regulamentada. A Suprema Corte dos EUA definiu obscenidade em 1973 como uma expressão que a pessoa média, aplicando padrões comunitários contemporâneos, consideraria que 1) apela para interesses lascivos, 2) mostra ou descreve a conduta sexual de um modo patentemente ofensivo, e 3) não tem nenhum sério valor literário, artístico, político ou científico, quando tomado como um todo.<sup>8</sup>

Um tribunal avalia cada elemento independentemente e não classificará

uma expressão como obscena a menos que existam todos os fatores. Por exemplo, se um livro usa uma linguagem grosseira e retrata conduta sexual, mas, tomado como um todo, não apela para interesses lascivos ou tem valor literário, não é obsceno.<sup>9</sup> Tendo em vista tais padrões elevados, é raro que os tribunais considerem uma expressão como obscena.

### O discurso do ódio

O discurso do ódio – geralmente definido como um discurso que calunia uma pessoa ou grupo com base em raça, etnia, gênero, religião, orientação sexual ou deficiência – recebe total proteção da Primeira Emenda. Discurso que se destina a incitar a violência iminente ou de

ameaçar indivíduos de forma plausível, no entanto, pode ser restringido conforme descrito acima.

Embora os Estados Unidos não restrinjam o discurso do ódio, entende que a arma mais eficaz no combate ao discurso do ódio não é repressão, mas o contradiscurso tolerante, verdadeiro e inteligente.

Banir o discurso intolerante ou ofensivo pode ser contraproducente, elevando o perfil do discurso ofensivo e fazendo com que ideologias de ódio se propaguem de formas perigosas, às vezes furtivas. Persuasão – não regulamentação – é a solução.

As fortes proteções constitucionais dos Estados Unidos para a liberdade de expressão não significa que ficamos de braços cruzados enquanto indivíduos e grupos procuram difundir expressões tóxicas de ódio. Em vez disso, os Estados Unidos implantam uma série de políticas para estender a mão às comunidades afetadas, oferecer serviços de resolução de conflitos e reforçar o diálogo.

### GOVERNO VS. AÇÃO PRIVADA

A Primeira Emenda protege os cidadãos de restrições do governo à liberdade de expressão. Não se aplica a situações em que uma parte privada restringe o discurso de outra. Um empregador privado, por exemplo, pode proibir seus funcionários de compartilhar segredos comerciais da empresa. Ainda assim, os trabalhadores são protegidos pela Primeira Emenda com relação a ações do governo.

<sup>8</sup> *Miller v. California*, 413 U.S. 15 (1973).

<sup>9</sup> *Veja United States v. One Book Called "Ulysses"*, 5 F. Supp. 182 (S.D.N.Y. 1933).